



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil
Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo
Banco Central do Brasil**

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

30 de Junho de 2023

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	5
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	8
Demonstrações dos Resultados	9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	10
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto	12
Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio	13
Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	15

Relatório da Administração

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, para aquisição de veículos automotores nacionais e importados.

Em 30 de junho de 2023 a empresa administrava 40 grupos de consórcios (37 grupos em 30 de junho de 2022) com uma base de clientes ativos de 22.175 consorciados (18.321 consorciados ativos 30 de junho de 2022) e 14.284 bens entregues (10.814 de bens entregues em 30 de junho de 2022).

Eventos Societários

Em 28 de abril de 2023, em reunião de sócios cotistas realizada, foi aprovada a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$5.853, sendo: dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R\$5.853, tendo sido destinado a RCI Banque a quantia de R\$ 5.849, e a sócia Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda o total de R\$ 4, o montante fora saldado em, 26 de maio de 2023.

Em 05 de maio de 2023, em reunião de diretoria foi aprovada política de ética para a sociedade e em 18 de maio de 2023, foram aprovadas as políticas de Governança, Compliance, Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Sociedade, bem como a política de Auditoria.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$14,927 milhões em 30 de junho de 2022, apresentando redução de 20,15% em relação a R\$18,693 milhões em 31 de dezembro de 2022. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$2,087 milhões (30/06/2022 - R\$3,037 milhões).

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$45,380 milhões (31/12/2022 – R\$43,226 milhões). Desse montante destacamos R\$ 8,851 milhões de Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos no ativo realizável a longo prazo. E R\$ 30,207 milhões de Outros Valores e Bens (sendo R\$ 6,396 milhões realizável a curto prazo e R\$ 23,811 milhões realizável a longo prazo) que correspondem as despesas de comissões pagas antecipadamente, a serem diferidas no prazo dos contratos de consórcios.

Em 30 de junho de 2023, o exigível total atingiu R\$ 30,453 milhões (31/12/2022 – R\$ 24,533 milhões), representado, por Outras Obrigações – Fiscais, Previdenciárias e Diferidos no montante de R\$ 2,770 milhões (31/12/2022 – R\$ 575 mil), Receita Antecipada equivante a R\$ 21,767 milhões (31/12/2022 R\$ 14,246

milhões) e Outras Obrigações – Diversas atingiu R\$ 5,916 milhões (31/12/2021 – R\$9,712 milhões) representadas, principalmente, por acordos comerciais.

Auditoria Independente

A política de atuação da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., informa que no semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria foram divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas do controlador RCI Banque.

Agradecimentos

A Administração da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

Santana de Parnaíba, 23 de agosto de 2023.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.

Santana de Parnaíba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2023 e das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2023 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2023 e em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023	2022
Ativo Circulante		10.752	7.736
Disponibilidades		1.596	561
Aplicações Financeiras de Liquidez		10	9
Títulos e Valores Mobiliários	4	11	7
Livres		11	7
Letras Financeiras do Tesouro	4.a	11	7
Outros Créditos	5	9.135	7.159
Rendas a Receber		2.244	2.432
Outros Valores e Bens	5.a	6.396	4.282
Diversos		495	445
Realizável a Longo Prazo		34.306	35.168
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.851	18.550
Livres		8.851	18.550
Carteira Própria	4.b	8.851	18.550
Outros Créditos	5	25.455	16.307
Outros Valores e Bens	5.a	23.811	15.045
Diversos		1.644	1.262
Crédito Tributário	6	-	311
Ativo Permanente		322	322
Imobilizado de Uso		322	322
Total do Ativo		45.380	43.226

	Notas Explicativas	2023	2022
Passivo Circulante		2.455	2.224
Outras Obrigações		2.455	2.224
Fiscais e Previdenciárias		568	575
Diversas	7	1.887	1.649
Exigível a Longo Prazo		27.998	22.309
Fiscais Diferidos	6	2.202	-
Receita Antecipada	11	21.767	14.246
Diversas	7	4.029	8.063
Patrimônio Líquido		14.927	18.693
Capital Social	9.a	7.270	7.270
De Domiciliados no País		5	5
De Domiciliados no Exterior		7.265	7.265
Reserva de Lucro	9.b	7.657	11.423
Reserva Legal		1.454	1.454
Reserva Especial Lucros		6.203	9.969
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		45.380	43.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Receitas da Intermediação Financeira		992	901
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		992	901
Receita de Prestação de Serviços		19.918	12.074
Rendas de taxa de administração de consórcios	10	19.918	12.074
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(16.310)	(8.391)
Despesas Gerais e Administrativas	12	(19.285)	(5.439)
Despesas Tributárias		(1.377)	(990)
Provisão Devedores Duvidosos		(75)	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	13	4.427	(1.961)
Resultado antes da Tributação sobre Lucros		4.600	4.584
Imposto de Renda e Contribuição Social	6	(2.513)	(1.547)
Imposto de Renda - Corrente		-	(937)
Contribuição Social - Corrente		-	(342)
Impostos Diferidos		(2.513)	(268)
Resultado Líquido do Semestre		2.087	3.037
Resultado Líquido por Ação - R\$		0,29	0,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2023	2022
	1º Semestre	1º Semestre
Resultado Líquido do Semestre	2.087	3.037
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	-	-
Total dos ajustes não incluídos no Lucro Líquido	-	-
Resultado Abrangente do Semestre	2.087	3.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9	7.270	-	8.593	-	15.863
Resultado Líquido do Semestre		-	-	-	3.037	3.037
Distribuição de Dividendos		-	-	(3.023)	-	(3.023)
Transferência para Reserva Legal		-	1.454	(1.454)	-	-
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	3.037	(3.037)	-
Saldos em 30 de junho de 2022	9	7.270	1.454	7.153	-	15.877
Resultado Líquido do Semestre		-	-	-	2.816	2.816
Transferência para Reserva de lucro		-	-	2.816	(2.816)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9	7.270	1.454	9.969	-	18.693
Resultado Líquido do Semestre		-	-	-	2.087	2.087
Distribuição de Dividendos		-	-	(5.853)	-	(5.853)
Transferência para Reserva de Lucro		-	-	2.087	(2.087)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	9	7.270	1.454	6.203	-	14.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) dos semestres findos em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2023	2022
	1º semestre	1º semestre
Lucro Líquido do Semestre	2.087	3.037
Ajuste ao lucro líquido do semestre	2.881	188
Provisão Devedores Duvidosos	75	-
Provisão para Riscos Cíveis, Obrigações Legais e Previdenciárias	293	(80)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	2.513	268
Variações de Ativos e Passivos	1.921	(17)
Redução (Aumento) em Títulos Valores Mobiliários	9.695	886
Aumento (Redução) em Outros créditos	(11.199)	(12.665)
Redução (Aumento) em Outras Obrigações	3.443	12.502
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18)	(739)
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	6.889	3.209
Pagamento de Dividendos	(5.853)	(3.023)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(5.853)	(3.023)
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	1.036	186
Disponibilidades no Início do Semestre	570	10
Disponibilidades no Final do Semestre	1.606	196

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Notas Explicativas	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Ativo Circulante e não Circulante	-	238.684	200.468
Depósitos Bancários		2.084	1.533
Aplicações Financeiras	16	84.315	70.331
Disponibilidade dos Grupos		5.069	4.931
Vinculado a Contemplações		78.991	65.400
Recursos dos Grupos em Formação		255	0
Outros Créditos		152.276	128.604
Bens Retomados ou Devolvidos		529	362
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	17	151.747	128.242
Diversos		9	-
Compensação	-	1.489.924	1.218.548
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		9.869	7.928
Contribuições Devidas aos Grupos		775.367	633.740
Bens a Contemplar		704.689	576.880
Total do Ativo		1.728.608	1.419.016

	Notas Explicativas	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Passivo Circulante e não Circulante		238.684	200.468
Obrigações com Consorciados		93.651	81.324
Valores a Repassar		11.076	9.067
Contemplações a Entregar		78.991	65.400
Recursos a Devolver a Consorciados		44.008	34.692
Recursos dos Grupos		10.958	9.986
Compensação	-	1.489.924	1.218.548
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		9.869	7.928
Obrigações dos Grupos por Contribuições		775.367	633.740
Bens a Contemplar		704.689	576.880
Total do Passivo		1.728.608	1.419.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos em 30 de junho de 2023 e em 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	2023	2022
	1º Semestre	1º Semestre
Disponibilidades no Início do Semestre	77.449	71.587
Depósitos Bancários	3.213	167
Aplicações Financeiras	74.236	71.420
(+) Recursos Coletados	111.859	90.101
Contribuições para Aquisição de Bens	77.476	64.417
Taxa de Administração	24.819	18.093
Contribuições ao Fundo de Reserva	2.123	1.464
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.074	3.073
Multas e Juros Moratórios	427	397
Prêmios de Seguros	566	461
Outros	2.374	2.196
(-) Recursos Utilizados	(102.909)	(89.823)
Aquisição de Bens	(68.464)	(60.714)
Taxa de Administração	(25.292)	(19.019)
Multas e Juros Moratórios	(237)	(202)
Prêmios de Seguros	(571)	(538)
Devoluções a Consorciados Desligados	(2.458)	(2.590)
Outros	(5.887)	(6.760)
Disponibilidades no Final do Semestre	86.399	71.864
Depósitos Bancários	2.084	1.533
Aplicações Financeiras	84.315	70.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. (“Administradora”) é uma empresa brasileira sediada em Santana de Parnaíba/SP, que faz parte do Grupo Renault e iniciou suas atividades em 22 de julho de 1993. As operações da Administradora consistem na Administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos automotores nacionais e importados, com a cobrança de taxa de Administração. Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição de veículos, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro e o rendimento incorporado ao fundo comum de cada grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e com base na Resolução BCB nº 2, 12 de agosto de 2020, bem como, com observância nas demais normas e das instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio ativos são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022.

Os principais normativos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023:

- **Instrução Normativa BCB nº 319 de 4 de novembro de 2022**, revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta instrução normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. (Vide nota explicativa 3 item i)
- **Resolução BCB nº 260, de 22 de novembro de 2022**, dispõe sobre os sistemas de controles internos das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme Art. 13., esta Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023, exceto o Art. 10 o qual entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. A Administração da Administradora implementou e aprimorou os controles internos em atendimento a referida resolução.

Principais normativos aplicados em períodos futuros:

- **Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022**, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025
- **Resolução BCB nº 219, de 30 de março de 2022**, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O demais dispositivos da referida Resolução entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

- **Resolução BCB nº 260, de 22 de novembro de 2022**, dispõe sobre os sistemas de controles internos das administradoras de consórcio e das instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Conforme Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2024, em relação ao art. 10.
- **Resolução BCB nº 285, de 19 de janeiro de 2023**, dispõe sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio, o qual revoga a Circular nº 3.432 de 03 de fevereiro de 2009. Conforme Art. 59. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. A Administradora avaliou os impactos e está tratando as modificações para a devida adequação

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 23 de agosto de 2023.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Da Administradora

a. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Administradora é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

b. Resultado das operações

A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcios, é reconhecida como receita pelo regime de competência. O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foi adotado em cumprimento da Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, o qual estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. (Vide nota explicativa 11 – Impactos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.)

A despesa de comissão decorrente da comercialização de cotas por terceiros, é apropriada diferida ao prazo do contrato do cotista. A Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento desta despesa. (Vide nota explicativa 11 – Impactos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.)

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa abrangem as disponibilidades prontamente conversíveis em caixa, investimentos de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazos de vencimento iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias.

d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

A Administração da Administradora mantém os recursos próprios aplicados em títulos mantidos até o vencimento em letras de câmbio (LC).

Os recursos de grupos também são aplicados em títulos mantidos para o vencimento em letras financeiras do tesouro (LFT) os quais são reconhecidos em contas de compensação conforme orientação da Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, bem como as orientações fornecidas pela Instrução Normativa BCB nº 208 de 15 de dezembro de 2021.

e. Despesas Antecipadas

São contabilizadas os recursos de pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de consórcios.

f. Ativo permanente

Demonstrado pelos valores de custo de aquisição de cotas de consórcio para compra futura de bens.

g. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administradora, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administradora revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto diferido ativo e provisão para contingências.

h. Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022, revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010. Assim sendo, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB n.º 9/2020, que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para as administradoras de consórcio.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9,00%
PIS/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,60%
PIS/Pasep (sobre Receitas Financeiras)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins (sobre receitas financeiras)	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	2,00%

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos (vide nota explicativa 6) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução BCB n.º 15 de 17 de setembro de 2020, e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

k. Provisão para inadimplência dos grupos

A Administração constituiu provisão para inadimplência de grupos ativos e encerrados, com base na avaliação da assessoria jurídica, que leva em consideração o estágio do processo jurídico e a expectativa de perda do valor devido, descontado o montante recuperável através da venda dos bens retomados.

l. Obrigações com consorciados

Representam o excedente obtido na gestão dos grupos de consórcios encerrados, que serão restituídos aos antigos cotistas, proporcionalmente às respectivas cotas, à medida que forem solicitadas, uma vez que não foi possível localizar esses consorciados.

m. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do período aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Observado este regramento, a Administradora considera que o lucro líquido apurado no semestre de 2023 no montante de R\$ 2.087, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

3.2 Dos grupos de consórcio***a. Disponibilidades e aplicações financeiras***

Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária. Conforme determina o Bacen, os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de cada grupo de consórcios administrado pela Administradora, por ocasião das assembleias mensais, não incidindo taxa de Administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos até a data do balanço, computados individualmente por grupo.

b. Direitos com consorciados contemplados

Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão, para o mês subsequente ao do balanço, dos recebimentos de contribuições de consorciados (fundo comum e fundo de reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem na data de encerramento das demonstrações financeiras, conforme determina a Circular Bacen nº 2.381/93.

d. Bens a contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculados com base no preço do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

e. Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), inclusive por reajustes de saldo de caixa, rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e o percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescidos da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado. O Fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa, de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. São constituídos na base de 2% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras das referidas prestações.

f. Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pela Administradora por conta dos grupos, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas, e têm como contrapartida as subcontas do grupo recursos a utilizar.

g. Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada.

h. Contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

i. Recursos a devolver a consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados: ativos por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização ou, ainda, aos consorciados desistentes e excluídos.

4 Títulos e valores mobiliários - Administradora

	2023	2022
Circulante		
Letras Financeiras do Tesouro (a)	11	7
Realizável Longo Prazo		
Carteira Própria - Letras Cambiais (b)	8.851	18.550
Total	8.862	18.557

- (a) São compostas por letras financeiras do tesouro, correspondentes aos recursos de grupos encerrados. Possuem data de emissão em 01 de setembro de 2022 e 31 de março de 2023 com prazo de vencimento para 01 de setembro de 2023, classificadas como mantidas até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.
- (b) São constituídas por títulos cambiais de liquidação imediata, realizados com partes relacionadas (vide nota explicativa 14) pactuados com taxas pós-fixadas e em condições normais praticadas de mercado. Possuem data de emissão entre 27 de abril de 2023 e 23 de junho de 2023, possuem prazo de vencimento em 2025, classificados como mantidos até o vencimento, não existindo diferenças entre o valor de curva e o valor de mercado.

5 Outros créditos

	2023	2022
Rendas a Receber	2.244	2.432
Outros Valores e bens (a)	30.207	19.327
Diversos	2.139	1.707
Impostos a Compensar	1.156	801
Outros Créditos	983	906
Total	34.590	23.466
Circulante	9.135	7.159
Realizável a Longo Prazo	25.455	16.307

- (a) Referem-se as comissões a diferir no prazo do contrato do consorciado em cumprimento a Instrução Normativa BACEN/DENOR nº 187 de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598, de 27 de novembro de 1995 a qual não permitia o diferimento das comissões. (Vide nota explicativa 11 – Impactos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

6 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	2023	2022
	1º semestre	1º semestre
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	4.600	4.584
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(1.564)	(1.559)
Outros Ajustes	(949)	12
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.513)	(1.547)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(2.513)	(268)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(1.279)

Em 30 de junho de 2023, a Administradora não possuía saldo de prejuízo fiscal (R\$ 0 em 30 de junho de 2022) e de base negativa de contribuição social (R\$ 0 em 30 de junho de 2022).

A Administradora constituiu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 1.352 em 30 de junho de 2022 (R\$ 2.779 em 31 de dezembro de 2022), bem como passivo fiscal diferido no montante de R\$ 3.554 (R\$ 2.468 em 31 de dezembro de 2022).

Em virtude dos impactos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente em 30 de junho de 2023 foi constituído R\$ 2.202 de passivo fiscal diferido (R\$ 311 de ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2022).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do período antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Créditos Tributários	31/12/2022	Constituições	Realizações	30/06/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para Despesas com Comissões	1.920	7.349	(9.268)	0
Provisão para Serviços de Consórcio	4.560	5.900	(8.472)	1.987
Provisão para Contingências	1.495	855	(562)	1.788
Outros	198	62	(59)	200
Efeito CPC 47	(7.258)	7.128	(10.322)	(10.452)
Total Base dos Créditos	915	21.293	(28.685)	(6.477)
Imposto de Renda Diferido (25%)	229	5.323	(7.171)	(1.619)
Contribuição Social Diferido (9%)	82	1.916	(2.582)	(583)
Total de Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	311	7.240	(9.753)	(2.202)
Ativo Fiscal Diferido (vide b)	2.779	4.816	(6.243)	1.352
Passivo Fiscal Diferido	(2.468)	2.424	(3.510)	(3.554)
(+) Créditos Tributários / (-) Fiscais Diferidos	311	7.240	(9.753)	(2.202)

b. Expectativa de realização do crédito tributário

Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2023, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a Administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos:

	Realização Créditos Tributários	Valor Presente
2023	685	602
2024 - 2027	667	586
Total	1.352	1.188

O valor presente fora calculado mediante estimativa da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) 2023 correspondente a 13,75%.

7 Outras obrigações - Diversas

	2023	2022
Recursos a Devolver a Consorciados (a)	3	3
Credores Diversos - País (b)	490	265
Provisão para Riscos Cíveis (Vide NE nº 8)	1.787	1.494
Provisão para Comissões (c)	162	1.920
Provisão para Serviços de Terceiros (d)	1.988	4.559
Outros (e)	1.486	1.471
Total	5.916	9.712
Circulante	1.887	1.649
Exigível a Longo Prazo	4.029	8.063

- (a) Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o semestre de 30 de junho de 2023 equivale a R\$ 2.363 (31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 1.595), tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.
- (b) Representam fornecedores a pagar e valores a pagar dos grupos encerrados.
- (c) Representam provisões com comissões pendentes de emissão de notas fiscais.
- (d) Representam provisões para terceirização de administração de grupos de consórcios.
- (e) Representam valores a pagar a partes relacionadas, credores diversos exterior e auditoria externa.

8 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais

Em 30 de junho de 2023, a Administradora constituiu provisão para demandas judiciais, a qual apresentou a seguinte movimentação no primeiro semestre de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	2023			2022		
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Cível	Trabalhista	Fiscal
Saldo Inicial	1.492	2	0	1.026	48	0
Constituição	761	94	0	1.950	2	-
Reversão	(562)	-	-	(1.484)	(48)	-
Saldo Final	1.691	96	0	1.492	2	0
Quantidade	73	3	0	77	1	-

A Administradora possui em 30 de junho de 2023, outras 177 ações cíveis (155 em 2022) e 03 trabalhistas (03 em 2022), classificadas com risco de perda possível, com valor envolvido de R\$ 4.094 (R\$ 3.617 em 2021) e R\$ 186 (R\$ 123 em 2021), respectivamente.

9 Capital social

a. Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado está dividido em 7.270.767 quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando valores monetários de R\$ 7.270, sendo 5.653 quotas pertencentes a quotistas domiciliados no País e 7.265.114 quotas pertencentes a residentes no exterior.

O capital estrangeiro, no montante de R\$ 7.265, equivalente a US\$ 3.905 na data da integralização, está devidamente registrado no Bacen e pertence ao quotista e controlador RCI Banque.

b. Reserva de lucros

No semestre de 30 de junho de 2023, a Administradora constituiu lucros no valor de R\$ 2.087 e destinou para reserva de lucros, totalizando R\$ 6.203.

A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 1.454.

c. Dividendos

A Administradora deliberou em 26 de abril de 2023, em reunião de sócios cotistas, a distribuição de R\$ 5.853 como dividendos referentes ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$5.853, saldados em 26 de maio de 2023.

	Dividendos
De Domiciliados no País	4
De Domiciliados no Exterior	5.849
Total Distribuído	5.853

10 Receita de prestação de serviços

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

	2023	2022
	1º semestre	1º semestre
Receita de Prestação de Serviços	19.918	12.074

11 CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

Os valores referem-se a receita recebida antecipadamente a ser diferida ao resultado pelo regime de competência conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

	2023	2022
	1º semestre	1º semestre
Receita Antecipada	21.767	14.246

12 Despesas gerais e administrativas

	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Despesas com Comissões (a)	(6.741)	(551)
Despesas de Serviços Técnicos (b)	(9.521)	(2.899)
Propaganda e Publicidade	(386)	(553)
Serviços Administrativos	(1.353)	(583)
Despesas com Pessoal	(179)	(110)
Outras Despesas Administrativas (c)	(1.105)	(743)
Total	(19.285)	(5.439)

- (a) Representam as despesas com comissões de representantes de vendas.
- (b) Representados por despesas com terceirização de consórcios, despesas com informática, auditoria externa, despesas com gravames, assessoria e consultoria.
- (c) Representam outras despesas administrativas tais como, despesas bancárias, processamento de dados e despesas legais e judiciais.

13 Outras receitas (despesas) operacionais

	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Resultado de Provisões para Serviços Prestados (a)	2.572	(2.316)
Resultado de Provisão de Comissão (b)	-	(1.764)
Reversão de Provisão de Comissão (c)	1.920	1.753
Resultado de Variações Monetárias	105	119
Resultado de Provisão para passivos contingentes (vide NE 8)	(293)	80
Multa/Juros Impostos, Contribuições	(16)	(4)
Resultado com Grupos de Consórcio	78	167
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(14)	4
Total	4.352	(1.961)

- (a) Representa o valor destinado a provisão de Profit Share dos serviços prestados pela terceirização da administração dos grupos de consórcios de acordo com a apuração do resultado mensal.
- (b) Representa o resultado de provisão de comissões destinada a representantes de vendas.
- (c) Representa a reversão de provisão de comissões de período anterior, realizada na receita conforme orientação do plano de contas, Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF.

14 Transações com partes relacionadas

A Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., (CNPJ nº 73.230.674/0001-56) é parte integrante do Grupo RCI Banque.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda., reconheceu os valores elencados abaixo referente partes relacionadas:

	Ativo/Passivo		Receita/Despesa	
	2023 1º Semestre	2022 Exercício	2023 1º Semestre	2022 1º Semestre
Títulos e Valores Mobiliários	8.851	16.115	992	901
Banco RCI Brasil S.A.	8.851	16.115	992	901
Outras Obrigações – Diversas	1.415	374	(1.682)	(935)
Banco RCI Brasil S.A. (a)	32	42	(349)	(342)
DIAC S.A. (b)	263	81	(142)	(122)
RCI Banque S.A. (c)	1.120	251	(1.191)	(471)

- (a) Despesas de consultoria destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (b) Despesas de informática destinado a Controlada da Controladora RCI Banque S.A.
- (c) Despesas administrativas destinado a Controladora da Administradora.

15 Grupos de consórcio

Os controles contábeis dos grupos de consórcio são individualizados, respeitando a autonomia de cada grupo, e executados de acordo com as normas emitidas pelo Bacen. Os dados das operações dos grupos de consórcio, são compostos apenas pelo segmento 3 – veículos automotores, estão demonstrados no quadro abaixo:

	2023	2022
	1º Semestre	1º Semestre
Grupos Administrados	40	37
Consoiciados Ativos	22.175	18.321
Bens Entregues no Semestre	1.172	1.019
Bens Entregues Totais	14.284	10.814
Bens Pendentes de Entrega	1.599	1.455
Desistentes e Excluídos Totais	52.551	44.632
Desistentes e Excluídos no Semestre	5.637	4.858
Taxa de Inadimplência	6,17%	5,27%

Valores expressos em quantidades, exceto pela taxa de inadimplência a qual está em percentual (%).

16 Aplicações financeiras - Grupos

	2023	2022
	1º Semestre	1º Semestre
Cotas de Fundo de Investimento – DI	84.315	70.331
Total	84.315	70.331

Cotas de fundo de investimento - DI, com lastro em títulos públicos, não exclusivo e não existindo diferenças entre o seu valor presente e sua realização de mercado.

17 Direitos com consorciados contemplados

Direitos com consorciados contemplados estão assim representados:

	2023	2022
	1º Semestre	1º Semestre
Curso Normal	146.013	124.925
Em Atraso	3.129	2.543
Em Cobrança Judicial	2.605	773
Total	151.747	128.241

18 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administradora não apresentava saldos e não realizou operações, durante os referidos períodos, conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

19 Outras Informações

a) Plano de Implementação CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A Administradora elaborou o plano de implementação da regulamentação contábil do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, exigido por meio do art. 67, inciso II da Resolução BCB nº 219 de 30 de março de 2022, o referido plano está segregado em três pilares:

- (I) Organização e Governança: Reuniões compostas por diversos níveis hierárquicos das áreas envolvidas, dedicados a definição e acompanhamento da implementação.
- (II) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF; e
- (III) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis a cerca dos instrumentos financeiros.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para a implementação total em 2025. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

* * *

DIRETORIA

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallée

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADORA

Suely Cristina da Silva Lima

CRC 1SP 155421/O-0